



Processo n.º05/12

DECISÃO FINAL EM PROCESSO DISCIPLINAR

O Presidente deste Conselho de Disciplina da UNIÃO VELOCIPÉDICA PORTUGUESA / FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLISMO determinou, em 22 de Agosto de 2012, a instauração de processo disciplinar contra o ciclista

portador da licença n.º , tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pelo resultado positivo do controlo antidopagem realizado em 20 de Maio de 2012, com o código "Nutrição", e que veio a revelar a presença das substâncias proibidas Mesterolona; 19-Norandrosterona; Triamcinolona Acetonido e Anfetamina.

Para Instrutor do processo foi nomeado o Dr. Tito Crespo.

No termo da instrução do presente processo foi elaborado relatório final pelo Instrutor, que passa a fazer parte integrante desta decisão, e que depois de analisado e discutido por este Conselho, é subscrito na totalidade, quer quanto à matéria de facto, quer igualmente no que respeita à matéria de direito.

Como melhor resulta do conteúdo do referido relatório final de instrução, a infracção foi praticada quando ainda estava em vigor a Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho, a qual, entretanto, veio a ser revogada pela Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto. Atendendo a que a nova lei estatui um regime sancionatório mais favorável no que respeita ao período de suspensão dos atletas que acusem positivo no controlo (sendo que, no demais, quanto às sanções acessórias, o regime se mantém), cumpre aqui respeitar o princípio constitucional do tratamento mais favorável e, ao abrigo dele, aplicar ao Arguido a sanção de suspensão decorrente da nova lei.

Não obstante estatuir um regime sancionatório mais favorável, é igualmente verdade que, como já tivemos oportunidade de referir em decisão anterior, a nova lei antidopagem (Lei



n.º 38/2012, de 28 de Agosto) não permite qualquer margem de discricionariedade nem livre apreciação ao julgador no que concerne à fixação da pena de suspensão. Pelo que, transformado que está este Conselho num mero autómato decisório, não resta outra alternativa que não, sem mais delongas nem considerações, decidir, com o voto favorável de todos os membros, aplicar ao ciclista _____ as seguintes sanções cumulativas:

- Suspensão da actividade desportiva pelo período de dois anos (nos termos do disposto no artigo 61.º n.º1 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto);
- Anulação do resultado obtido na prova "Campeonato Nacional de Veteranos" (de acordo com o constante no artigo 69.º da Lei n.º 27/2009); e,
- Anulação dos resultados obtidos em competições realizadas após o dia 20 de Maio de 2012 (conforme decorre do disposto no artigo 71.º da Lei n.º 27/2009).

Nestes termos, estando o ciclista suspenso preventivamente desde o dia 22 de Agosto de 2012, o mesmo não poderá participar, em que qualidade for, em nenhuma competição ou evento desportivo, até ao dia 21 de Agosto de 2014 (conforme decorre da conjugação do disposto nos artigos 64.º e 65.º, ambos da Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho).

Notifique-se a decisão ao Ciclista, juntando-se em anexo cópia do Relatório Final de Inquérito.

Lisboa, 18 de Dezembro de 2012

P'los Membros do Conselho de Disciplina,

RELATÓRIO FINAL

I. TRÂMITES PROCESSUAIS

A UNIÃO VELOCIPÉDICA PORTUGUESA / FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLISMO (adiante UVP/FPC) instaurou o presente processo disciplinar contra o ciclista _____, com a **licença nacional n.º _____**, tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pelo controlo positivo em competição, realizado no dia 20.05.2012, na prova 'Campeonato Nacional de Veteranos', com o código "NUTRIÇÃO", e que acusou a presença das seguintes substâncias proibidas: *Mesterolona; 19-Norandrosterona; Triamcinolona Acetonido e Anfetamina*.

Para instrutor do processo, a UVP/FPC nomeou o Dr. Tito Crespo.

No âmbito do referido processo disciplinar (adiante PD), foi realizado o presente inquérito, durante o qual foram realizadas as seguintes diligências de instrução:

1. Foi recolhida prova documental (v. fls. 2 a 15 do PD);
2. Foi enviada a nota de culpa e o despacho de abertura do processo ao Arguido (v. fls. 18 a 23 do PD);
3. Foi enviada notificação ao Arguido para vir apresentar documentos comprovativos do que expôs telefonicamente (v. fls. 25 a 28 do PD);
4. Foi obtido parecer técnico da ADoP relativo à defesa apresentada verbalmente pelo Arguido (fls. 29 a 31 do PD).

O Arguido não constituiu mandatário, não apresentou resposta escrita à nota de culpa e não compareceu na data agendada para a inquirição (nem apresentou qualquer justificação para a falta). Contactou telefonicamente o Instrutor, em 26 de Outubro de 2012, tendo então apresentado a sua versão dos acontecimentos. Sendo-lhe solicitados documentos que comprovassem essa versão (v. despacho de fls. 24 do PD) o Arguido não respondeu e não mais voltou a pronunciar-se.

Em virtude do exposto telefonicamente pelo Arguido, a Autoridade Antidopagem de Portugal (adiante ADoP) foi notificada para esclarecer alguns aspetos de ordem técnico-científica, de modo a confirmar, ou infirmar, os elementos trazidos pelo Arguido, o que veio a fazer, por e-mail de fls. 29 a 31 do PD.

Não foram efetuados requerimentos probatórios.

Inexistem, assim, quaisquer formalidades ou outros procedimentos a que cumpra obedecer, pelo que, concluída a instrução, cabe apreciar se o Arguido praticou, ou não, o ato de dopagem de que vem acusado.

II. QUESTÃO PRÉVIA

Estando este processo disciplinar já em curso, foi a UVP/FPC notificada pela ADoP de que o mesmo Arguido havia acusado novamente positivo, desta feita, num controlo antidopagem realizado em 28.06.2012. Consequentemente, foi-lhe instaurado um outro processo disciplinar – Proc. n.º 07/12_UVP/FPC. Verificando-se que as substâncias que o Arguido acusou no segundo controlo (Mesterolona e 19-Norandrosterona) tinham também sido já detetadas na primeira recolha (de dia 20.05.2012, e que deu origem ao presente processo disciplinar), julgou-se pertinente deslindar se os dois controlos positivos foram, ou não, consequência da mesma toma. Isto porque, em caso afirmativo, dever-se-ia proceder à apensação dos processos.

Dado o Instrutor não dispor de conhecimentos técnicos que lhe permitissem dar resposta a esta questão, foi notificada a ADoP para vir emitir o seu parecer.

Em resposta à solicitação feita, a ADoP, pelo Professor Doutor Luís Horta, esclareceu que *"Em relação à 19-Norandrosterona, torna-se difícil dar uma resposta sem saber qual a via de administração utilizada para a nandrolona. (...) Relativamente à mesterolona, cuja formulação terapêutica é através de comprimidos, é impossível que a administração que levou à primeira violação de norma antidopagem tenha originado igualmente a segunda violação de norma antidopagem."* (v. e-mail, de fls. 30 e 31).

Nestes termos, pelo exposto, não restam dúvidas de que os controlos positivos não foram ambos originados pela mesma toma da substância proibida e, consequentemente, não existe motivo para a apensação dos dois processos disciplinares, dado não se encontrarem preenchidos os requisitos constantes do artigo 29.º do Código Penal, por remissão para o artigo 24.º do mesmo Código.

Pelo que, aqui chegados, verifica-se que cada um dos processos disciplinares instaurado ao Arguido deverá prosseguir autonomamente e obter decisão própria.



III. FUNDAMENTAÇÃO

Neste ponto enunciaremos os factos imputados ao Arguido com hipotética relevância disciplinar, analisando a defesa e a prova realizada durante o processo de inquérito, para determinar quais se consideram provados. Depois disso, proceder-se-á à subsunção dos factos provados às normas legais e regulamentares aplicáveis.

i) DA PROVA REALIZADA:

No presente inquérito, o Arguido vem acusado da prática de um ato de dopagem (p. e p. pelo artigo 3.º n.º2 alínea a) da Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho).

A acusação fundou-se nos relatórios de ensaio elaborados pelo Laboratório de Análises de Dopagem, nos quais consta que na análise das amostras recolhidas ao Arguido (amostras A e B) foi detetada a presença das seguintes substâncias proibidas:

- i. *Mesterolona* (agente anabolizante pertencente à classe S1.1.a. da Portaria 37/2012, de 9 de Fevereiro, que aprova a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos);
- ii. *19-Norandrosterona* (agente anabolizante pertencente à classe S1.1.b. da Portaria 37/2012, de 9 de Fevereiro, que aprova a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos);
- iii. *Triamcinolona Acetonido* (glucocorticosteróide pertencente à classe S9 da Portaria 37/2012, de 9 de Fevereiro, que aprova a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos);
- iv. *Anfetamina* (estimulante pertencente à classe S6.a. da Portaria 37/2012, de 9 de Fevereiro, que aprova a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos).

Pela análise do Formulário do Controlo Antidopagem verifica-se que o Arguido, aquando da recolha da amostra, apenas declarou a toma de “*polivitamínicos*” (v. fls. 2 do PD). Apesar de não ter especificado qual(is) o(s) polivitamínicos que alegadamente tomou (há vários, como sabemos), a verdade é que, qualquer que tenha sido, consabidamente, não justifica a presença de nenhuma das substâncias detetadas nas amostras. De facto, os polivitamínicos são produtos compostos por vitaminas e sais minerais, cuja toma é perfeitamente lícita.

Por outro lado, como já se disse anteriormente, o Arguido não apresentou defesa escrita nem fez quaisquer requerimentos probatórios, mas em 26 de Outubro de 2012 contactou telefonicamente o Instrutor e transmitiu-lhe, *grosso modo*, que algum tempo antes do controlo antidopagem tinha estado internado no Hospital, em coma, e que o médico que o assistiu lhe havia agora transmitido que os resultados do controlo se deviam às substâncias que lhe foram administradas durante esse período de internamento (v. despacho de fls. 24 do PD).

Perante os factos relatados, foi solicitado ao Arguido que fizesse chegar aos autos, no prazo de 10 dias, documentos comprovativos do que alegou, nomeadamente, informação clínica na qual constasse a identificação das substâncias ministradas (v. fls. 25 a 28 do PD). Sucede, porém, que até à presente data, mais de um mês volvido, o Arguido não requereu a junção de qualquer documento e não mais voltou a dar qualquer sinal de vida.

Não obstante o Arguido não ter apresentado qualquer prova que sustentasse os factos por si alegados, o Instrutor entendeu ainda assim, a bem da descoberta da verdade, solicitar à ADoP que viesse esclarecer se, pelo menos em abstrato, seria possível que as substâncias detetadas no controlo tivessem sido administradas durante um internamento hospitalar (v. fls. 29 do PD). À nossa solicitação respondeu a ADoP que, *"Em relação à 19-Norandrosterona, esta substância representa um metabolito da nandrolona. Existem medicamentos que contêm decanoato de nandrolona, que podem ser utilizados a nível hospitalar. Em relação à triamcilonolona acetónico e à mesterolona, podem representar princípios ativos de medicamentos que podem ser utilizados com fins terapêuticos. Saliente-se, no entanto, que a sua eventual utilização terapêutica requer uma autorização de utilização terapêutica por parte de uma organização antidopagem. Estas substâncias são também comumente utilizadas como substâncias dopantes em diversas modalidades desportivas, onde se inclui o ciclismo. As anfetaminas são substâncias cuja comercialização é proibida em Portugal e por isso não podem ser utilizadas terapêuticamente."* (v. fls. 30 do PD).

Pelo exposto, não sobejam dúvidas quanto à falta de veracidade dos argumentos apresentados pelo Arguido (pelo menos, quanto à relação causal entre o alegado internamento hospitalar e o resultado positivo do controlo).

- Conclusões

Os elementos recolhidos são suficientes para, nos termos conjugados do disposto nos artigos 9.º e 6.º da Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho, podermos afirmar, com segurança, que o Arguido praticou o ato de dopagem de que vem acusado.

ii) DOS FACTOS PROVADOS:

Perante os elementos recolhidos, temos como provados os seguintes factos:

1. No dia 20 de Maio de 2012, durante a prova "Campeonato Nacional de Veteranos", o Arguido foi sujeito a um controlo antidopagem realizado pela ADoP (Autoridade

Antidopagem de Portugal), com o nome de código "NUTRIÇÃO", no qual lhe foi recolhida a amostra n.º2598851.

Este facto foi provado pelo documento constante de fls. 2 do PD, que é o Formulário do Controlo Antidopagem da ADoP.

2. A análise realizada à amostra n.º A2598851 revelou a presença das seguintes substâncias proibidas: *Mesterolona, 19-Norandrosterona, Triamcinolona Acetonido e Anfetamina.*

Este facto foi provado pelo documento constante de fls. 3 e 4 do PD, que é o Relatório de Ensaio do Laboratório de Análises de Dopagem da ADoP.

3. A análise à amostra B2598851 veio confirmar o resultado da análise à amostra A2598851;

Este facto foi provado pelo documento constante de fls. 11 e 12 do PD, que é o Relatório de Ensaio do Laboratório de Análises de Dopagem da ADoP e pelo documento de fls. 13, que é a Ata da Contra-Análise.

4. O resultado positivo do controlo não ficou a dever-se ao alegado internamento hospitalar, mas sim à toma, pelo Arguido, das substâncias proibidas.

Para além da ausência de qualquer prova apresentada pelo Arguido que pudesse sustentar as suas afirmações verbais, a verdade é que a inexistência de qualquer nexo causal entre o controlo positivo e o alegado internamento hospitalar fica cabalmente provado pelo esclarecimento prestado pela ADoP, a fls. 30 do PD, especialmente quanto às anfetaminas, que, segundo consta do referido esclarecimento, "(...) são substâncias cuja comercialização é proibida em Portugal e por isso não podem ser utilizadas terapeuticamente."

iii) DO DIREITO:

Importa agora considerar as normas jurídicas às quais se poderão subsumir os factos acima descritos.

Nos temos do disposto no artigo 3.º n.º2 alínea a) da Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho, a presença numa amostra recolhida a um praticante desportivo de uma substância proibida constitui violação das normas antidopagem. Acresce que, nos termos do artigo 6.º n.º1 da citada Lei, o praticante desportivo é responsabilizado por qualquer substância proibida que seja encontrada na amostra que lhe pertença.

No caso concreto, a amostra recolhida ao Arguido acusou não apenas uma substância proibida, mas antes, quatro substâncias proibidas.

Ora, conforme entendimento já veiculado em processos anteriores, consideramos que não obstante estar em causa a presença de quatro substâncias proibidas na amostra recolhida ao Arguido, estamos, ainda assim, apenas perante uma única infração, na forma continuada (conforme decorre do disposto no artigo 30.º n.º2 do Código Penal, aqui aplicável por analogia, dada a inexistência de previsão semelhante na legislação desportiva).

E, como tal, decorre do artigo 79.º do Código Penal que, nesta situação, estando em causa uma infração continuada, a mesma é punível com "(...) a pena aplicável à conduta mais grave que integra a continuação."

Dito isto, conforme consta da nota de culpa, a conduta de que o Arguido vem acusado é punível com as seguintes sanções cumulativas:

- a. Pena de suspensão da atividade desportiva por um período de 2 anos até 8 anos, nos termos do artigo 58.º da Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho; e,
- b. Invalidação do resultado individual obtido na prova "Campeonato Nacional de Veteranos", conforme resulta do disposto no artigo 69.º da Lei 27/2009; e ainda,
- c. Anulação dos resultados obtidos nas competições em que participou após a recolha da amostra, nos termos do disposto no artigo 71.º da Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho.

Sucedem, porém, que entretanto (durante o decurso do processo disciplinar), entrou em vigor a Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, que veio revogar a Lei n.º 27/2009 (conforme disposto no artigo 82.º daquela) e que estabelece um regime sancionatório objetivamente mais favorável, no que respeita à pena de suspensão da atividade desportiva aplicável. De facto, face à nova lei, em vez do período de suspensão poder ser fixado entre os 2 a 8 anos, o ilícito disciplinar praticado pelo Arguido passa a ser "*punido com pena de suspensão pelo período de 2 anos.*" (nos termos do disposto no artigo 61.º da citada Lei n.º 38/2012).

Ora, em respeito pelo princípio constitucional do tratamento mais favorável, presente no artigo 29.º n.º4 da Constituição da República Portuguesa, impõe-se a aplicação ao Arguido, nesta

matéria, do regime sancionatório constante da nova lei (quanto ao regime de suspensão da actividade desportiva, visto que no demais, as sanções acessórias se mantêm inalteradas).

Assim, dos circunstancialismos *supra* expostos, resulta que, em virtude da alteração legislativa ocorrida, no caso concreto, a conduta de que o Arguido vem acusado passa a ser punível com as seguintes sanções cumulativas:

- a. Pena de suspensão da actividade desportiva por um período de 2 anos, nos termos do artigo 61.º n.º1 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto);
- b. Invalidação do resultado individual obtido na prova "Campeonato Nacional de Veteranos", conforme resulta do disposto no artigo 69.º da Lei 27/2009; e ainda,
- c. Anulação dos resultados obtidos nas competições em que participou após a recolha da amostra, nos termos do disposto no artigo 71.º da Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho.

IV. MOTIVAÇÃO

Terminadas as diligências de prova deste inquérito mostra-se agora necessário, atenta a factualidade dada como provada, determinar a medida da pena a aplicar ao Arguido.

A determinação da medida da pena deve ser feita em função dos critérios gerais previstos no artigo 14.º n.º2 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto e nos artigos 71.º e 72.º do Código Penal, nomeadamente, a culpa do Arguido, o grau de ilicitude, as exigências de prevenção e a colaboração prestada no processo. Feita esta avaliação, o decisor estaria habilitado a aplicar fundamentadamente a pena ajustada ao caso concreto.

Sucedem, porém, que toda esta avaliação e apreciação apenas tem cabimento como forma de fixar a pena, com a maior objetividade possível, entre o limite mínimo e o limite máximo previstos na Lei. Ora, no caso concreto, não existe qualquer margem de apreciação, porquanto a nova Lei, à revelia de todos os princípios jurídicos que sustentam o nosso ordenamento, fixa a moldura aplicável em dois anos de suspensão (portanto, sem qualquer margem de discricionariedade, para que o decisor, entre o limite máximo e o mínimo, ajuste a pena às circunstâncias do caso concreto). Com esta formulação, salvo em raras exceções, o decisor é relegado à categoria de mero nuncio, que fixa ao Arguido, no final do processo, a pena de suspensão que no início do mesmo já lhe está anunciada.

Assim, por se mostrarem despidos face à nova Lei, escusamo-nos a efetuar quaisquer considerações acerca dos elementos que foram trazidos ao processo e que permitiriam ajudar a objetivar e fundamentar a pena a fixar.

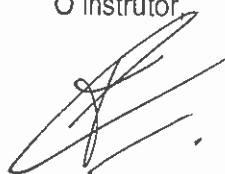
Dito isto, cumpre apenas acrescentar que não se verifica nenhuma das causas de eliminação ou redução do período de suspensão previstas na Lei (v. artigo 67.º). E, sem mais delongas, passamos então, imediatamente, à proposta de decisão.

V. PROPOSTA DE DECISÃO

Considerando tudo quanto acima se expôs, propomos ao Conselho de Disciplina da UVP-FPC a aplicação ao Arguido de uma pena de suspensão da atividade desportiva pelo período de dois anos – por, face à nova Lei, não haver outra aplicável ao caso concreto – acrescida da anulação do resultado obtido na prova "Campeonato Nacional de Veteranos" e da anulação de todos os resultados desportivos obtidos nas provas em que tenha participado após o dia 20 de Maio de 2012.

Lisboa, 17 de Dezembro de 2012

O Instrutor



(Tito Crespo)